



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**O INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL, DO MEIO AMBIENTE, DO CONSUMIDOR, DA ORDEM ECONÔMICA, DOS DIREITOS HUMANOS, DA DEMOCRACIA E DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, CULTURAL, ESTÉTICO, HISTÓRICO, TURÍSTICO, AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.803.949/0001-80, com sede na Rua Gaspar Carrilho Júnior, nº. 73, Bairro Vista Alegre, Curitiba/PR, CEP 80.810-210, neste ato representada por seu Diretor-Administrativo Osvaldo Akio Mishima, no exercício de suas atribuições estatutárias e com fundamento na norma contida no texto do artigo 5º, XXXIV, “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, comparece à presente de Vossa Senhoria para manifestar-se e, ao final, **REQUERER**, o que segue:

Por intermédio do “Edital de Licitações de Oferta Permanente – Outorga de Contratos de Concessão para Exploração ou reabilitação e Produção de Petróleo e Gás Natural”, datado de 29 de novembro de 2019, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela regulação das indústrias de petróleo e gás natural e de biocombustíveis no Brasil, publicizou as regras que nortearão o processo licitatório levado a efeito para a outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de



petróleo e gás natural em blocos de risco exploratório e áreas com acumulações marginais.

Sabe-se que, por ostentar a condição jurídica de autarquia federal, a ANP submete-se às regras e princípios corolários da atuação da Administração Pública, muitos dos quais encontram-se positivados no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais precisamente em seu artigo 37, *caput*, segundo o qual *“a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”*.

Desse modo, qualquer ato administrativo produzido no âmbito da autarquia retromencionada precisa necessariamente observar diretrizes legais extraídas de normas gerais e específicas, como é o caso do procedimento licitatório que se busca empreender mediante o disciplinado pelo instrumento convocatório a que se faz alusão.

O instrumento, então, deve, simultaneamente, respeitar as regras e os princípios constitucionais afetos à matéria, a Lei Geral de Licitações e Contratações (Lei Federal n. 8.666/1993), e os regramentos específicos depreendidos das Leis n. 9.478/1997, n. 12.351/2010, das Resoluções CNPE n. 17/2017, n. 8/2018, do Decreto n. 9.641/2018 e da Resolução ANP n. 18/2015.

Não obstante, como princípio ínsito ao sistema republicano e estruturante do Estado Democrático de Direito, todos os atos devem ser revestidos de transparência e publicidade, de modo que a sociedade brasileira possa exercer seu múnus de fiscalização e controle dos atos administrativos praticados.

Estabelecidas tais premissas, impende consignar que, sem prejuízo de outras incongruências não apontadas nesta oportunidade, o edital de outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás



natural incorre em vícios que, acaso não sanados, possuem o condão de minar a legalidade e a legitimidade do certame, mormente porque vilipendiam as normas prelecionadas pelo artigo 37, *caput*, da Carta da República de 1988, além de normas gerais insculpidas pela Lei Federal n. 8.666/1993, aplicáveis subsidiariamente às extraídas das Leis Federais n. 9.478/1997 e n. 12.351/2010.

Nesse sentido, ao disciplinar no item 5 do instrumento convocatório os requisitos para o acesso aos pacotes de dados técnicos para blocos exploratórios, além de estabelecer elevadas taxas impostas aos licitantes, nos termos do disposto no item 5.4 do edital, a Administração Pública, representada pela ANP, de forma deliberada ou não, não estabelece os procedimentos necessários ao acesso a tais documentos públicos pela sociedade civil interessada.

A esse respeito, diante da lacuna no edital, poder-se-ia cogitar da aplicação dos mesmos procedimentos estabelecidos para os licitantes, não fossem os elevados custos impostos para se ter acesso a informações públicas que são cruciais para o exercício de controle e fiscalização por parte dos cidadãos. O efeito prático de tal previsão é o cerceamento de acesso à informação, a inviabilização do exercício fiscalizatório e o vilipêndio do princípio da publicidade, o que nem em tese se deve permitir.

Com efeito, a solução que melhor se amolda ao caso concreto é o franqueamento gratuito de todas as informações e documentos atinentes ao certamente aos cidadãos interessados em acompanhar o procedimento licitatório, inclusive sinalizando postura de deferência à Carta Política do Estado e à Lei Federal n. 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Ademais, além de afrontar o princípio da publicidade, o edital em questão transgride normas gerais aplicáveis a todos os procedimentos licitatórios por



força do princípio da legalidade, já que, apesar de o objeto da licitação dispor de normas específicas (Leis n. 9.478/1997, n. 12.351/2010), despidendo rememorar que a Lei Federal n. 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, aplica-se subsidiariamente a todos os certames licitatórios, naquilo que não contrariar normas específicas depreendidas de outros diplomas normativos que possuem precedência ante o princípio da especialidade.

Nesse diapasão, ao disciplinar sobre o prazo para impugnação (item 12.3) do edital, a ANP mencionou o lapso temporal de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do instrumento, contrariando a disposição expressa da Lei Federal n. 8.666/1993 (art. 41, § 1º), porquanto apesar de prever o prazo de 5 (cinco) dias úteis, ignora que a lei confere aos interessados o direito protocolizar as insurgências até o quinto dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos envelopes ou realização do leilão.

Do mesmo modo, o edital demonstra-se demasiadamente vago quanto ao prazo para responder às impugnações, dispondo de modo geral e abstrato que as insurgências serão decididas antes da sessão pública do leilão, sendo que a Lei de Licitações, em seu artigo 41, § 1º, discorre que a Administração deverá responder às impugnações em 3 (três) dias úteis.

Outrossim, o item 12.3 do edital nega vigência ao artigo 41, § 2º, da Lei Federal n. 8.666/1993 ao não especificar que a licitante poderá impugnar o instrumento convocatório até o segundo dia útil que anteceder a realização do leilão, induzindo os interessados a equivocadamente suporem ser correta a aplicação do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Por tais supostos, o presente requerimento, alicerçado no direito fundamental de petição, estatuído pela norma contida no texto do artigo 5º, XXXIV, “a”,



da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, destina-se a propugnar que a autoridade administrativa responsável promova as adequações das incongruências listadas neste expediente, bem como para pleitear o franqueamento gratuito de todas as informações e documentos atinentes ao certamente, em especial ao conteúdo do pacote de dados técnicos para blocos exploratórios, mencionado no item 5 do edital, com fundamento no disposto no artigo 37, *caput*, da Carta Magna e na Lei Federal n. 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Por fim, salienta-se que, com fulcro no prelecionado pelo artigo 32, I, da Lei Federal n. 12.527/2011, constitui conduta ilícita que enseja a responsabilidade do agente público, passível, inclusive, de caracterização de ato de improbidade administrativa, a recusa a fornecer informações requeridas nos termos da Lei de Acesso à Informação, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-las intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

Pede deferimento.

Curitiba (PR), XX de XXXXX de XXXX.

**ARAYARA**  
Osvaldo Akio Mishima  
Diretor-Administrativo